



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

ENTRE A RAZÃO E O SENSO COMUM: UMA ANÁLISE MORFOLÓGICA DA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO NA ARQUITETURA MODERNA¹

Sérgio Sudsilowsky

Departamento de Artes e Design da PUC-Rio

RESUMOⁱ: No contexto de uma ideologia muito bem definida, o espaço arquitetônico na Arquitetura Moderna tinha como uma das premissas básicas o projeto não só dos prédios, mas também da própria organização dos móveis e objetos nesse espaço, inclusive pretendendo “ensinar a morar”, ou seja, doutrinar os usuários com a “forma correta” de utilizar a “máquina de morar”ⁱⁱ. O Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, edifício projetado em 1953 por Affonso Eduardo Reidy, um dos mais importantes arquitetos modernos do Brasil, foi pensado dessa forma, e construído na certeza de sua concretização. Percorridos quase cinquenta anos, acreditamos que já é tempo de saber o que havia acontecido por lá; ou seja, resolvemos realizar uma série de visitas aos apartamentos e entrevistas com os moradores do prédio, com objetivo de proceder uma análise morfológica das configurações espaciais feitas por esses indivíduos, afim de relacioná-las com o projeto original do arquiteto. Iniciado esse processo, concluímos que precisaríamos descobrir algumas noções prévias, conceitos e valores que permeiam esses espaços, e que aparecem todo o tempo em ambos os *discursos*: seja a *razão* da Arquitetura Moderna, ou o *senso comum*, dos usuários. Dessa forma, partindo de uma realidade específica, atual, e aparentemente simples – como um quarto de criança ou um canto de uma sala de estar – e estabelecendo relações com algumas obras de referência, levantamos alguns conceitos como temas a serem discutidos – ou pelo menos questionados – ao longo da nossa pesquisa acadêmica, com perguntas como: por que escolhemos determinados objetos? Como as nossas relações com eles são consolidadas? O que esses objetos (ou grupo de objetos) “comunicam”?

Palavras-chave: Individualidade, Evolução da Moradia, Arquitetura Moderna

¹ Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. setembro.2002.



Noções prévias / Conceitos / Imaginário

Antes de proceder qualquer análise de discurso, antes mesmo de existir o próprio discurso, existe a idéia. O Discurso nada mais é senão a utilização de palavras para expressar idéias, não apenas para descrever objetos, sistemas de coisas, ou situações. Assim, a partir do momento em que nos propomos a analisar discursos, precisamos buscar o modo como as pessoas formulam suas idéias, ou seja, como elas pensam, para tentar entender seus hábitos, descobrir o porquê de suas escolhas, o porquê dos objetos.

Conceitos e noções prévias são anteriores à qualquer escolha de objetos. São individuais e coletivos – fazem parte da cultura de cada um e do imaginário geral, subjetivos e objetivos – são difíceis de relacionar, mas muitos têm um fundo comum, partem das mesmas referências culturais.

Dessa forma, antes mesmo dos objetos, antes de realizar qualquer escolha por um ou outro objeto de uso, existem variáveis prévias - como o desejo (outro conceito construído) -, que são fundamentais para entender as associações encontradas no cotidiano do ser humano comum. Os objetos que temos em casa não são só utilitários; tornam-se utilitários a partir das escolhas objetivas e subjetivas, possuindo valores precedentes àquele chamado de “utilidade”. Ao longo da pesquisa de campo que vem sendo realizada, inúmeras vezes nos deparamos com situações onde os usuários, fugindo à “lógica” comumente propagada (racional, cartesiana), escolhem objetos para o seu dia-a-dia de modo completamente diverso do que o “esperado”, porém levando em consideração critérios individuais, escalas próprias de valor.

Através dos séculos, esses conceitos e noções variaram – e continuam a variar -, tecendo um pano de fundo complexo, composto por uma infinidade de símbolos e imagens que precisam ser levadas em conta na hora de analisar os sistemas de objetos. Conceitos como domesticidade, privacidade, conforto, lar e família foram sendo construídos ao longo do tempo, muitas vezes prescindindo da invenção de palavras para expressar essas idéias – a introdução de palavras em uma língua geralmente marca a introdução simultânea de idéias na consciência. Por exemplo, a criação de uma palavra na língua inglesa (*Home*) para expressar uma nova sensação de satisfação e contentamento com a casa (século XIX), tornou-se necessária, uma vez que esta assumia um novo sentido de moradia, abrigo, propriedade e afeiçãoⁱⁱⁱ.

Muitas vezes, a própria ideologia dominante “impunha” conceitos: na Idade Média, por exemplo, cadeiras eram símbolos de autoridade. Portanto não precisavam ser confortáveis, sendo constituídas por formas retas e duras, geralmente sem estofamento.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

O próprio conceito de “confortável” nem mesmo existia, pois era desconhecida uma noção objetiva de conforto, da forma que empregamos hoje em dia. Assim como hoje, na Idade Média as coisas “significavam”, porém os significados eram bem diversos; as *funções* em um objeto de uso eram indissociáveis naquele período, ou seja, a função não estava ligada à sua utilidade, e esta não existia como atributo separado de outros – como estética, significado simbólico etc. Tal separação, se é que existe, é um *conceito* atual.

A casa medieval era um ambiente público, de caráter coletivo, e a configuração dos móveis no seu interior refletia isso – existiam poucos móveis, sendo a maioria deles multifuncionais, assumindo diversas configurações ao longo do dia. O mesmo ocorria no Brasil colonial: o grande salão patriarcal era desprovido de móveis, sendo constituído basicamente por alguns bancos próximos às janelas. À medida em que ocorrem evoluções na casa – precedidas de evoluções no próprio indivíduo-, aparece uma maior variedade nos tipos de móveis. Na França do século XVII, por exemplo, fica clara a especialização que estava ocorrendo nos interiores das casas: surgem novos cômodos, e os já existentes adquirem diferentes funções, possibilitando o surgimento de novos móveis.

O Brasil também “importa” essa nova forma de tratar o espaço, sobretudo com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, onde hábitos como receber pessoas em casa se tornam comuns, trazendo uma “especialização” dos espaços e, conseqüentemente, dos objetos que faziam parte dele – é nesse momento em que surgem “salas” para os mais diversos tipos de “usos” (sala de música, de fumar, de estar, de jantar, etc.) e móveis até então inexistentes (muitos deles supérfluos ou simplesmente decorativos, como as *marquesas* - tipo de espreguiçadeira-, a *cômoda-papeleira*, o *meio-armário*, o *aparador*, geralmente provido de espelhos, etc.

A partir desse momento, os cômodos e objetos passam a adquirir vida própria, existindo no imaginário de seus donos. Essa existência demandava o desenvolvimento de uma “consciência interior” dos indivíduos, fato que culmina com o Renascimento humanista.

“Os móveis internos das casas surgiram junto com os móveis internos das mentes”^{iv}

(Jonh Lukacs, In Rybczynski, 1999)

Assim, partindo da análise histórica de espaços e das configurações de objetos que os complementavam, realizaremos um *diálogo* entre a evolução do *habitar*, sobretudo no Brasil (partindo, obviamente, daqueles países que mais influenciaram o *modus vivendi* brasileiro), com os dados preliminares da nossa pesquisa de campo, destacando temas como Individualidade, Privacidade, Intimidade, Espaço Público *versus* Privado, relações entre o Estético e o Simbólico, Sistemas de valores, Moda e Consumo, a importância feminina na configuração da casa, finalizando com a Racionalização da casa, a partir do início do século XX.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Para melhor compreensão do texto, os dados da pesquisa de campo surgirão como notas de rodapé, afim de manter a coerência cronológica do artigo.

Individualidade / Privacidade / Intimidade

A noção de conforto, relacionado à privacidade, é prévia ao próprio conceito de função – a noção precede a ação – fato bastante observado no campo em estudo, onde a busca pela privacidade muitas vezes determina a *função* de um determinado ambiente^v.

Antigamente, os sujeitos não tinham noção de individualidade. Até a Idade Média, o homem não possuía existência independente do social, onde até mesmo o rei fazia parte de um mesmo corpo, a *sociedade*. O surgimento do conceito de individualidade, que desponta com a invenção do gosto e a delimitação do EU, vai coincidir com a individualização dos espaços. A formação do EU – o surgimento do mundo interno do indivíduo, do próprio ser e da família, são conquistas do Humanismo (Renascença) onde, a medida em que o homem cresce internamente, “compartimentando” o seu interior, a casa também se compartimenta, e os móveis se especializam

Íntimo X Público

Essa progressiva individualização está no cerne das mudanças de paradigmas ao longo da evolução dos espaços, inclusive nas relações entre público e privado (íntimo); é o que acontece com os banheiros, por exemplo, que esperaram muito tempo até serem considerados úteis, e um pouco mais para serem considerados necessários. A própria localização do banheiro no organograma da casa, por exemplo, atesta isso. Ao entrarem nas casas (pela porta dos fundos, na área próxima a cozinha, a princípio), os banheiros ocupam um lugar no pavimento superior, já que esse compartimento das residências tradicionalmente estava reservado ao setor “íntimo” – inclusive constituía-se grave falta de educação solicitar permissão para utilizar o banheiro das casa visitadas, já que esse cômodo era vedado a estranhos. Tal situação ainda persistiu por muito tempo, existindo até hoje em certos lugares.

Conceitos como “intimidade”, relacionada ao conforto, requerem uma maior subjetividade do indivíduo. Portanto, são mais recentes que o próprio conceito de conforto. Assim, o “conforto” era mais um conjunto de sensações proporcionadas pelo



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

ambiente – temperatura, umidade, aeração, etc., que conforto físico. Além do mais, esses conceitos, assim como a maioria das tradições, são construídos pelo homem, porém sempre partindo de coisas pré-existentes.

Antes mesmo de surgirem as divisórias físicas como delimitadores/individualizadores de espaço (painéis de madeira, paredes, etc.) surgem as cortinas, como forma de conferir mais privacidade aos sujeitos, dividindo o grande salão medieval – ou colonial - em vários cômodos. O surgimento desses novos cômodos – quartos, alcovas, salas particulares - indicava a necessidade de reservar áreas da casa para se “ficar mais à vontade”, onde o comportamento pudesse ser menos formal – uma área íntima. A separação entre senhores e criados/empregados a partir desse momento, já denota uma certa busca por “privacidade”. Surge uma nova divisão: casa = vida familiar, perdendo o caráter medieval de ambiente social. A nova consciência de privacidade familiar exigia que os criados (alguns muito bisbilhoteiros) fossem mantidos longe, abrigados em alas ou cômodos separados dos seus patrões.

Na casa colonial brasileira essa característica nunca foi muito comum, já que não existia o hábito de receber pessoas socialmente nas casas, principalmente porque a presença das mulheres no salão patriarcal era totalmente proibida, quando ocorria a presença de estranhos. Ao “setor público” cabia o já citado salão principal além das varandas e alpendres, que funcionavam como um “filtro” entre o público e o privado. Quanto aos servos – no nosso caso *escravos*, esses ficavam restritos às áreas onde deveriam exercer sua força de trabalho, recolhendo-se às senzalas ao final do dia.

“Além do mais, em uma sociedade rigorosamente estruturada, o alpendre, como área de transição, efetua o trabalho de receber o elemento socialmente exterior que fica limitado ao espaço fronteiro, que faz as vezes de tribunal. É ainda, principalmente, um espaço de vigilância, lazer e filtro em relação àqueles que podem receber a permissão de entrar”^{vi}.

(Veríssimo, 2001)

Com a massificação do uso dos *hábitos franceses* no Brasil – trazidos pela Família Real – receber tornou-se algo constante, exigindo a separação entre o público e o privado (que já ocorrera na Europa) intensificando, após a Abolição, a separação entre



senhores e servos (ainda que estes geralmente sejam os antigos escravos), já que o final da escravidão representou a extinção das senzalas, com a construção de aposentos especiais para a acomodação dos novos empregados.

Os filhos, que antes casavam-se cedo ou iam estudar na corte, agora ficavam mais tempo em casa, necessitando de quartos individuais. A multiplicação dos quartos indicava uma nova distinção entre a *família* e o *indivíduo* – “subir” ou “descer” não significava mais mudar de andar apenas; agora significava retirar-se ou participar da companhia dos outros (público/privado).

Assim, o desejo de ter um quarto só para si não era mera questão de privacidade pessoal; demonstrava uma crescente consciência de individualização – vida pessoal interior – e a necessidade de expressar isso fisicamente.

Tal configuração espacial perdurou ao longo do tempo, sendo novamente questionada no Projeto do Moderno, que pregava as plantas-livres, autônomas em relação às estruturas portantes dos prédios, para que pudessem ser re-arranjadas de acordo com o uso determinado pelo arquiteto. O uso de vãos sem divisórias torna-se mais comum, sendo o banheiro, muitas vezes, a única área fisicamente delimitada^{vii}.

Estético / Simbólico

Os móveis sempre tiveram função simbólica e utilitária, depondo sobre os sistemas segundo os quais foram concebidos. É possível reconstituir o interior doméstico e o comportamento de seus habitantes a partir de um simples móvel, tarefa geralmente executada por arqueólogos. Os móveis de *estilo*, por exemplo, indicam a prosperidade e o poder do seu dono. São geralmente associados à valores como a nobreza do passado e com o prestígio de se colecionar antiguidades. Porém, a maioria dessas associações é recente, já que na época, tais móveis possuíam outros significados.

Ao longo do tempo, utilidade e conveniência passam a ser associados ao “bom gosto” e à “moda” (século XVIII). Tal fato é precisamente exemplificado por Rybczynski^{viii}, quando cita características estético-simbólicas como determinantes nas escolhas dos objetos – em relação ao aquecimento doméstico (problema de ordem primordial na Europa desde sempre), quando os fornos de cerâmica surgem no século XVIII, apesar de aquecerem mais do que as lareiras comuns, não são muito utilizados e, quando o são, geralmente eles eram “disfarçados” dentro de urnas decorativas, por exigência do “bom gosto”, já que eram considerados menos estéticos que as lareiras. Apesar de ocorrerem avanços nos sistemas de aquecimento com o passar do tempo,



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

lareiras até hoje continuam a ser utilizadas. Porém, não mais por uma necessidade funcional: elas agora trazem uma idéia de aconchego, intimidade e até mesmo romance, além de representarem o calor familiar.

Como no caso das lareiras, o que está por trás do uso de muitos objetos e, sobretudo, por trás da forma como são utilizados é o sistema axiológico em que ele está inserido. Delimitar esses sistemas de valores – individuais, coletivos, culturais, etc. – tem se mostrado um dos principais desafios da entrevista que vem sendo realizada no campo de estudo.

Valor

Valores também são conceitos e se modificam ao longo do tempo. O surgimento de modos burgueses autônomos no século XVIII, por exemplo, não mais como cópias de modos aristocráticos, condiciona uma grande mudança nas relações entre os indivíduos e os objetos. Em relação ao conforto, por exemplo, antes a aristocracia e a nobreza ditavam o que *deveria* ser confortável. Com o tempo – além das revoluções burguesas e a mudança na posse do capital - os valores se invertem, e os aristocratas passam a copiar o conforto burguês. Em Rybczynski^{ix} vemos outro exemplo que caracteriza a inversão de sistemas de valor: quando há a utilização do “falso” como corriqueiro, o falso é tomado como VALOR – a partir da utilização das roupas de Ralph Lauren em seus filmes, Woody Allen “legaliza” os valores do estilista (ambíguos, já que ostentam ser oriundos de uma “tradição” longínqua, porém tal tradição inexistente), já que é considerado figura letrada, formador de opinião.

Um dos pontos cruciais das análises que vem sendo realizada em nossa pesquisa é a contraposição entre certos valores: a partir do mapeamento das categorias valorativas atribuídas pelos moradores atuais, expressos através dos espaços por eles configurados (motivo pelo qual serão descartados todos aqueles espaços onde os moradores solicitaram a ajuda externa de um projetista – decorador, arquiteto ou designer), tais valores serão colocados de encontro com aqueles “ditados” pela ideologia Modernista, baseados numa forma racional de organizar o espaço.

O indivíduo que estrutura seu espaço hoje vive uma realidade diversa daquela onde se instaurou o Projeto do Moderno - os ambientes construídos segundo essa bandeira, pretendiam “ensinar” uma nova estética ao homem, impor um novo “conceito de morar”. No Moderno, a própria noção de domesticidade foi atacada – o aconchego tinha que ser eliminado. A casa estava sendo refeita segundo uma nova imagem, despida de suas tradições burguesas e destituída do bem-estar íntimo, além de um



imaginário já arraigado – sobretudo nas relações entre o público e o privado, e o próprio “conforto burguês”.

Hoje os fatos se dão de modos muito diferentes: a desintegração dos valores no Pós-Moderno (comunidade, família, religião, sociedade, etc.) fica cada dia mais marcada, fato que já aparecera, de certa forma, na fala de Marx e Engels (na célebre frase “tudo o que é sólido, desmancha no ar...”, ainda que tenha sido proferida em outro contexto). Na sociedade pós-moderna, os objetos assumem valores diversos aos antigamente atribuídos, expressos através de fetichização, reificação e objetificação, agregados como valores aos objetos de consumo, muitas vezes precedendo-os.

Há ainda uma extrema valorização ao passado, como uma forte tendência pós-moderna, caracterizada pelo desejo por hábitos e rotinas “tradicionais”. A reverência ao passado em alguns casos se tornou tão forte, que quando as tradições não existem freqüentemente são inventadas, uma vez que o mundo atual é caracterizado por mudanças e inovações constantes. O “tudo pode”, característica da pós-modernidade, legaliza esse retorno, que mistura diversas referências passadas num mesmo contexto, se apropriando indiscriminadamente de tudo o que for considerado como “o melhor” de uma época. A propaganda freqüentemente atesta esse procedimento, uma vez que apresenta aos consumidores um mundo idealizado, estilizado, geralmente distante do mundo real (como as coisas *deveriam* ser).

Outro ponto merece destaque: tal nostalgia com o passado é, geralmente, um sinal de insatisfação com o presente. O interior moderno não representava tanto uma tentativa de introdução de um novo estilo, mas se propunha a mudar hábitos sociais, e até mesmo alterar o significado cultural subjacente ao conforto doméstico. Sua recusa às tradições burguesas o fez questionar – e rejeitar – não só o luxo, mas o bem-estar; não só a desordem, mas a intimidade. Segundo Rybczynski, as pessoas se voltam para o passado porque estão procurando algo que não encontram no presente – sobretudo conforto e bem-estar^x.

Estar atento a situações desse tipo faz-se imprescindível ao nos depararmos com o campo de estudo, já que identificar alguns “por quês” faz parte do objeto de estudo. E não só estar atentos aos objetos à nossa disposição, apenas ao alcance do olhar: como na



propaganda, o que se deixa de fora em um ambiente é tão revelador (se não for mais ainda) do que aquilo que eles incluem^{xi}.

Conforto

O bem-estar doméstico é uma questão da família e do indivíduo. Por isso as casas visitadas não têm se mostrado com a racionalidade das “máquinas de morar”, como pretendido pelos modernos. Nelas, a preocupação demonstrada pela busca da privacidade e do acolhimento aparece, antes de tudo, na busca pelo conforto.

Antigamente a palavra confortável significava *fortalecer, consolar* (submissão, indulgência), e não o que significa hoje- mais associado ao *prazer* e à *satisfação*. A idéia de *conforto*, associado à intimidade (e não ao consolo) surge quando a casa deixa de ser meramente abrigo – proteção contra a natureza, contra o invasor – e torna-se ambiente para uma nova e compacta unidade social: a família. Junto com a família veio o isolamento (privacidade) e a domesticidade, abrindo o caminho para o conforto.

Desde o seu surgimento, o conforto era visto como algo cultural, apenas secundariamente físico – permanecendo assim, de certa forma, também hoje. Com a evolução da casa, das mentalidades, dos conceitos e do próprio pensamento científico, o conforto humano passa a ser “quantificado” como a soma de alguns fatores, tais como *temperatura, umidade relativa do ar, circulação do ar, concentração de poeira e concentração de gás carbônico*, além dos *odores* que perpassavam os cômodos.

Por ser uma noção, o conforto variou ao longo do tempo, assumindo uma ou outra característica mais específica. O conforto mudou - não só qualitativamente, como quantitativamente. Tornou-se produto de massa, devido à industrialização e a produção em série. Porém, o conforto é uma invenção humana, um artifício cultural. Possui um passado, e não pode ser compreendido isoladamente. Inclui também a *conveniência, a eficiência, a domesticidade, o bem-estar físico e a privacidade (a intimidade)*. O fato é que uma noção não anulou a outra, somando significados, como se fossem camadas – as vezes sobrepostas, em outras, justapostas.

Configuração espacial

Uma composição morfológica^{xii}, qualquer que seja, é planejada, datada e localizada, não se prestando a nenhuma lógica formal interna. Existe uma corrente de pensadores – denominada *formalista* – que acredita na intencionalidade da composição (obra de arte, por exemplo); segundo essa corrente, a composição possui autonomia. Como já citado anteriormente, Rybczynski apresenta o exemplo de Ralph Lauren, que utiliza elementos sociais para legitimar suas composições – roupas, acessórios, perfumes e ambientes -, remetendo ao clássico, ao tradicional. Isso é atribuição de valor através da forma: o projetista identifica o nicho de mercado, então cria produtos e os associa a “valores”, passando a imagem por ele desejada.

Diferente da pregação dos formalistas, as configurações espaciais não possuem autonomia, não surgem espontaneamente, nem são determinadas por nenhum evento *a priori*^{xiii}. O sistema dos objetos reproduz a hierarquia dos sistemas sociais, e prescinde



de noções que fazem parte da subjetividade do configurador – o usuário do espaço. Apesar de tudo, o mobiliário tem se apresentado como uma forma de linguagem, uma gramática, que é seguida pelos usuários, mesmo que de forma inconsciente.

Conjuntos desagregadores, onde a impressão que se tem é que os objetos foram escolhidos e dispostos no ambiente de forma aleatória, conotam falta de controle sobre o ambiente. O problema não está na arrumação física “harmônica”, porém no conceito prévio de “harmônico” (harmonia é um conceito matemático, geométrico, portanto, lógico). Não é o objeto, para nós, que importa ser estudado; porém a noção que o precede. Aconchego é diferente de arrumação – se fossem iguais, os ambientes seriam estéreis e impessoais. Ao contrário, vestígios humanos – lembranças, fotografias, desordens, etc. – fazem o ambiente pessoal e “confortável”, dizendo muito sobre aquele que o ocupa. Assim, mais importante do que reconhecer um estilo organizacional específico, é assimilar a maneira de entender a casa, como ela foi pensada e, sobretudo, como ela existe no *imaginário* de quem a habita.

As pessoas geralmente utilizam, em seus espaços, elementos que dizem muito a seu respeito. Na Holanda do século XVII, por exemplo, as pessoas utilizavam pinturas em suas casas com assuntos “apropriados” (à sua religiosidade, por exemplo), cuja “arte” ele pudesse admirar e compreender; ou seja, eram comprados aqueles quadros cujos significantes fizessem parte do repertório daqueles sujeitos. O indivíduo atual também configura o seu espaço com elementos que fazem parte do seu repertório imagético.

Prova disso é a “herança”, vinda do século XIX, de utilizar pinturas de paisagens ideais e distantes – no tempo e no espaço –, geralmente compostas por cabanas rústicas ao sopé de montanhas nevadas, belas paisagens temperadas, com lagos congelados e animais inexistentes no nosso país, ou seja, um mundo de sonho. Essa prática, muito comum na época de “importação” de hábitos europeus, foi permanecendo, perdendo o significado original^{xiv} e se consolidando em ambientes configurados por algumas parcelas específicas da população – sobretudo nas classes menos abastadas, que tendem a imitar as classes dominantes, porém raramente acontecendo com o mesmo significado e ao mesmo tempo.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Assim sendo, torna-se compreensível a utilização de determinados elementos em espaços configurados, já que eles fazem parte do contexto imaginado pelo usuário – a mesa, com quatro cadeiras, aparecerá sempre delimitando a “sala de jantar”, ainda que apenas uma pessoa habite este ambiente, bem como referências lúdicas e excessivamente coloridas serão geralmente restritas ao espaço determinado para as crianças^{xv}.

Moda/Consumo

Como a moda está sempre relacionada com “estilos de vida”, estilos de vida diferentes geram, obviamente, gostos diferentes. A moda tende a ser o “*arauto do gosto*”, utilizando as diferenças a seu proveito, lançando tendências, impondo atitudes, estimulando o consumo.

Com a crescente oferta de produtos, advindos da industrialização, fez-se necessário auxílio externo para “decorar apropriadamente” um cômodo - comprar objetos, escolher os revestimentos, etc. Tal necessidade é suprida, a princípio (no século XVIII) pela figura do *estofador*, comerciante dos produtos de revestimento e objetos de uso doméstico, que assume esse nicho de mercado, subjugando os arquitetos.

O estofador (decorador), por ser comerciante e estar interessado em lucros estimulava o consumo (portanto, de certa maneira, a *moda*). Já o arquiteto se preocupava com a *estética* (sobretudo externa): suas noções de conforto e conveniência estavam limitadas por essas preocupações. Dessa forma, o projeto interior distancia-se do exterior, sendo executado por duas pessoas diferentes. Assim, os estofadores foram os primeiros a dominar o conforto doméstico, que ainda estava associado, nessa época, às melhorias mecânicas (suprimento de água, gás, calor e circulação de ar).

Até hoje a *Decoração* continua como um produto da moda, tendo sua duração limitada. Já o *comportamento social* (no caso, conforto, bem-estar, e todas as outras variáveis responsáveis pelo “sentir-se bem” na casa) são funções de hábitos e costumes, sendo muito mais duradouras – um estilo decorativo pode durar décadas (ou menos), enquanto as noções culturais de conforto têm uma vida que é medida em século.

A moda pode tentar mudar o comportamento social, mas nem sempre obtém sucesso – ficando evidente quando estrangeirismos entram em moda; um exemplo atual



é a profusão de *ofurôs* (espécie de banheira cilíndrica, feita de madeira); por ser o mais novo símbolo de status social, possuir um *ofurô* em casa tornou-se fator obrigatório nos projetos de decoração. Porém ele é usado fora do contexto original das sociedades orientais de onde advém, onde é utilizado para cerimônias ritualísticas. Assim, podemos afirmar que a moda aparece muito mais como o diferencial na evolução do conforto, e não a tecnologia.

A Importância feminina na configuração espacial

Uma questão tem sido levantada ao longo da nossa visitação ao campo: existiria “singularidade biológica” feminina para configurar espaços (sobretudo confortáveis)? E, se existir, seria algo primordial? É importante levantar tais questões por alguns motivos: primeiro, por um dado essencial: a maior parte das residências visitadas foram organizadas espacialmente por mulheres; segundo, o projeto original do espaço – inclusive com disposição de objetos nos lugares “exatos” foi feito por um homem (o arquiteto Affonso Eduardo Reidy); por último está o fato de essa relação – entre pessoas e sistemas de objetos – ser basicamente norteado pelo desejo e, como já foi dito, o desejo é um conceito que antecede ao próprio objeto.

Historicamente, a mulher vem se mostrando como a principal incentivadora das mudanças e evolução da casa, além da configuração dos seus espaços. Desde a Holanda, no século XVII, quando ocorrem as primeiras divisões da casa, cabe à mulher a delimitação entre o público (íntimo) e o privado (social). Já na França, as mulheres tinham muita influência sobre os modos e costumes do século XVIII, sendo a época, segundo Rybczynski^{xvi}, em que se estabeleceram completamente como “árbitros dos costumes”.

Também na Inglaterra do século XIX, as mulheres começam a influenciar os espaços, provocando as primeiras mudanças relevantes no conforto dos cômodos – os móveis se tornam mais confortáveis, passam a assumir o centro dos cômodos, se aproximam mais da lareira (na Europa). Os trajes acompanham essas mudanças, tornando-se mais informais.

No Brasil, nesse mesmo período (principalmente depois da abolição, com a diminuição de mão-de-obra servil) a dona da casa vai entrar em espaços antes de domínio escravo, sobretudo a cozinha. Ainda que fosse para “fiscalizar” o que os “novos empregados domésticos” estavam fazendo, a presença da “senhora” na cozinha altera os materiais lá utilizados, com destaque para os revestimentos, que passam a ser mais duráveis, bonitos e fáceis de lavar, além de surgir uma maior preocupação formal com os objetos de uso.

A Primeira Guerra Mundial, no início do século XX, incentivou a entrada das mulheres na força de trabalho. No caso específico dos E.U.A., a guerra também desacelerou a imigração. No período pós-guerra, a quantidade de empregadas domésticas caiu enormemente nos E.U.A. (as empregadas domésticas, em sua maioria, eram imigrantes), ocasionando aumento nos salários dessa categoria. Por esse motivo a



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

mulher americana de classe média passou a depender menos de empregadas, fazendo a maior parte dos serviços domésticos em sua residência. Tal situação traz como consequência uma maior participação feminina na determinação do conforto, também no trabalho doméstico, influenciando os projetos das casas de então, já que era a principal usuária da casa.

Dessa forma, “abrem-se as portas” para que a casa seja pensada a partir do ponto de vista do seu maior usuário (a mulher), diferenciando a visão que o homem tinha da casa – sedentária, local de repouso e lazer – da feminina – dinâmica, espaço de trabalho. O foco mudou da sala para cozinha, porta por onde a eletricidade entrou em casa, sendo o principal veículo para a mecanização do trabalho doméstico – pelo menos de parte dele.

Falando sobre a cozinha, sobretudo no século XX, esse aposento é freqüentemente destacado como o cômodo mais importante da casa – seja por ter sido onde originalmente onde era abrigado o fogo, essencial para o desenvolvimento das sociedades humanas, seja graças a feminização da casa- principalmente por ter sido onde uma nova forma de organizar os móveis, de acordo com as tarefas executadas pela dona de casa, e com o controle exercido pela mulher nesse ambiente. Muitos autores acreditaram que a redução do tempo necessário para limpar a casa, cozinhar, lavar a roupa, etc., teria sido de importância crucial para a libertação da mulher do seu isolamento doméstico, pelo menos possibilitando que ela entrasse no mercado de trabalho.

Porém sabemos que as coisas não aconteceram bem assim. Até hoje existem equipamentos domésticos – geralmente recebendo em seus nomes prefixos como “multi” ou “super” -, que mais atrapalham do que ajudam nas tarefas domésticas, sobretudo na sua limpeza e manutenção. O preço elevado de muitos desses utensílios ocasiona, em muitos casos, uma exclusividade de uso pela “patroa”, que teme ver seu “super” eletrodoméstico mal utilizado por suas empregadas, que têm que fazer o trabalho doméstico da forma tradicional.

Racionalização da casa

“Uma casa é uma máquina para morar... uma poltrona é uma máquina para sentar e assim por diante.”

(Le Corbusier);

A idéia da casa eficiente surgiu do casamento entre as tentativas de racionalizar e organizar o trabalho de casa com as teorias administrativas (taylorismo e fordismo), que haviam sido desenvolvidas para melhorar a produção industrial nas fábricas, na transição entre os séculos XIX e XX. A partir daí a semente da “casa moderna” já está plantada.

“Até o início do século XX, a história do conforto evoluiu gradualmente. Esta evolução não foi perturbada nem pela chegada da eletricidade e da administração do lar. Ela havia conseguido sobreviver ao desaparecimento dos serviços e ao aparecimento da pequena casa de família. Foi flexível o bastante para absorver



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

não só a nova tecnologia, mas também um novo estilo de vida. Mas este equilíbrio confortável entre a inovação e a tradição estava preste a ser derrubado por uma ruptura na evolução do conforto doméstico que alteraria drasticamente a aparência do interior doméstico^{xvii}.

(Rybczynski, 1999)

Surge o *Espírito Novo*, consistindo, primeiramente, na rejeição total à arte decorativa – os excessos de ornamentação dos estilos de reconstituição histórica. Segundo, significava rejeitar qualquer reconstituição e até mesmo a decoração abstrata do Art Déco. As casas do Espírito Novo não teriam móveis: seriam mobiliadas com equipamentos, adequados aos usos de uma nova sociedade.

Le Corbusier, autor do *Espírito Novo*, confrontava-se com os problemas da moradia moderna. Ele procurava tornar a casa um lugar mais “funcional”, voltada para a vida cotidiana, e não para os problemas de decoração - considerados por ele “ultrapassados”. De acordo com seus princípios, os padrões deveriam ser impostos de fora: as necessidades humanas eram universais e podiam ser uniformizadas; as soluções eram prototípicas, não pessoais. A casa seria um objeto produzido em massa, ao qual o indivíduo deveria se adaptar – a tarefa do projetista era identificar a solução “correta”. Encontrando-a, cabia às pessoas se adequarem a ela. Porém, a padronização, por mais útil que fosse nos ambientes corporativos – como bancos e fábricas, não se adaptou tão bem às complicadas e variadas atividades que ocorrem na casa, ao longo do dia.

Para os modernos, um prédio seria uma experiência total; não só a disposição interna, mas também os materiais de acabamento, a decoração, os acessórios e a localização das cadeiras deveriam ser planejados:

“Os interiores mais admirados eram aqueles onde tudo havia sido projetado por um só arquiteto – inclusive a iluminação, as maçanetas e os cinzeiros. E, é claro, os móveis, especialmente os móveis”^{xviii}.

(Rybczynski, 1999)

Na prática, tudo isso soa de forma, no mínimo, curiosa. Por se tratar de um prédio moderno, construído por um dos principais nomes da Arquitetura Moderna no Brasil, o projeto do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente segue completamente as premissas desse estilo arquitetônico: pilotis, teto-jardim, estrutura independente da fachada, ampla utilização de aço e concreto armado, além da planta livre, que proporcionaria a organização racional dos espaços. Ideologicamente coerente com o projeto do Moderno, Affonso Eduardo Reidy não só projetou o prédio, mas também os equipamentos urbanos que o serviriam – lavanderia, creche, escolas, igreja, mercado, ambulatório, etc. -, como o próprio mobiliário que preencheria as unidades, “sugerindo”, inclusive, a disposição do mobiliário de forma *funciona*, atendendo aos usos previstos para o espaço projetado.

Porém, após tantos anos de sua ocupação, pouco resta da idéia original. O edifício fazia parte de um conjunto habitacional grandioso, composto por muitos outros prédios, só que foi a única unidade a ser construída. Em relação ao mobiliário sugerido, foram confeccionados móveis apenas para dispor numa “unidade-piloto”, que ficaria



exposta ao público. Ainda que fosse feito essa “demonstração”, seria pouco provável que os usuários desejassem utilizá-los – a não ser por extrema necessidade, caso os móveis fizessem parte obrigatoriamente do financiamento utilizado para a compra do apartamento -, e ainda assim por tempo limitado e, provavelmente, configurados de forma diferenciada da proposta pelo arquiteto.

O que se vê, hoje em dia, são ambientes completamente diversos dos pensados por A. E. Reidy; ambientes que são únicos, peculiares e consoantes com o universo de quem os habita.

Seria a Arquitetura Moderna tola o suficiente para não “prever” que os espaços seriam habitados por indivíduos diferentes, a ponto de *desejarem* espaços particulares? O “sentido pedagógico”, que pretendia educar o gosto de toda a sociedade, não levou em conta que essa mesma sociedade era composta por indivíduos, cada um com suas histórias, culturas, imaginários e personalidades. Em relação à configuração espacial, será que não consideraram as mudanças que o indivíduo sofre ao longo da vida – casamento, filhos, etc.? Ou a Arquitetura Moderna pretendia “determinar” também o tamanho das famílias, já que muitas unidades (como as aqui estudadas) eram pensadas para pessoas solteiras, viúvas ou casais sem filhos?

Assim, procuramos apresentar através desse artigo algumas questões sobre objetos de uso, as configurações espaciais realizadas pelos indivíduos a fim de delimitar seus espaços e os próprios espaços daí surgidos, como forma de expressão do imaginário, de idéias, emoções, pensamentos, enfim, de *subjetividades*.

Contextualizando cronologicamente e cosmologicamente a evolução da casa – sobretudo a evolução do *habitar um espaço*, acompanhamos a mudança de significado que os objetos, espaços, pessoa, sociedade etc. assumem em diferentes contextos, tornando mais fácil a compreensão de algumas noções referidas, que hoje fazem parte do nosso imaginário.

Bibliografia

- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- BAYEUX, Glória. *O móvel da casa brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 1997.
- COSTA, Lúcio. *Arquitetura Brasileira*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.
- FERRY, Luc. *Homo Aestheticus: A Invenção do Gosto na Era da Democracia*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- HOLANDA, Aurélio Buarque. *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI. Versão 3.0*, Editora Nova Fronteira, 1999.



- LACAN, J. “Estádio do Espelho”([1949] 1953). Escritos; J. Zahar: Rio de Janeiro.
- OATES, Phyllis Bennett. *A história do mobiliário ocidental*. Lisboa: Editora Presença, 1991.
- PASTOUREAU, Michel. *O pano do diabo: uma história das listras e dos tecidos listrados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1993.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- VERÍSSIMO, Francisco Salvador. BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 2ª Ed.
- Revista Imaginário. Natureza, no. 3. São Paulo: Núcleo de Estudo Interdisciplinar do Imaginário e Memória da USP (NIME-USP). Entrevista realizada com a professora Dra. Marlyse Meyer, 1996.

Notas

- ⁱ Este artigo é o produto final de uma série de discussões e análises realizadas ao longo de uma Pesquisa de campo, q vem sendo desenvolvida para aquisição do grau de Mestre em Design, no programa de Pós-graduação do Departamento de Artes e Design da PUC-Rio.
- ⁱⁱ Expressão utilizada pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, um dos principais nomes da Arquitetura Moderna no mundo.
- ⁱⁱⁱ RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ^{iv} Idem, p 37.
- ^v Em prol da individualidade, o espaço exíguo (menos de 27 m²) dos conjugados do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, muitas vezes são seccionados, sendo multiplicado em diversos “*espacículos*” (neologismo nosso), conferindo certa intimidade (privacidade) a seus moradores. Até mesmo as áreas mais “íntimas” são escolhidas por fatores como sua posição em relação à porta de entrada – quanto mais distante ou oposta a ela, melhor -, ou em relação a janela.
- ^{vi} VERÍSSIMO, Francisco Salvador. BITTAR, William Seba Mallmann. *500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 2ª Ed. (p. 31)
- ^{vii} Nas visitas aos apartamentos do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente verificamos esse “novo modo de pensar o espaço”. O apartamento de um só vão (tipo conjugado) é, na verdade, um retorno ao medievo, quase não oferecendo intimidade pessoal aos seus habitantes. É difícil, até mesmo para famílias pequenas, morar em interiores tão “abertos”, desprovidos originalmente de divisórias entre o público e o privado. Ao utilizar equipamentos de entretenimento doméstico como a televisão, por exemplo, isso fica bastante explícito – para não citar outras situações mais particulares da vida familiar. Por isso é recorrente o uso de divisórias na maioria dos apartamentos visitados – sejam elas cortinas, paredes, móveis ou qualquer outro elemento que possa servir a esse fim. A necessidade de separação em cômodos, ainda que pequenos, faz-se necessária, a fim de resguardar o privado do público, já que só o banheiro é espaço restrito no projeto original. A sensação de intimidade e



privacidade também influi no conforto, segundo relatos da maioria dos moradores, devendo haver equilíbrio na disposição de espaços públicos e privados.

^{viii} RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1999. (p. 101.)

^{ix} Idem, p. 17.

^x Ibidem, p. 201.

^{xi} Porém, essa não é a única situação em que o passado se encontra reverenciado. No campo, por exemplo, encontramos situações diversas que atestam os teóricos, além de trazerem outras situações: encontramos, por exemplo, em um apartamento conjugado, uma família composta por cinco pessoas adultas – pai, mãe e três filhos, sendo dois homens e uma mulher (o caçula tem 22 anos). Nesse apartamento, onde o espaço é exíguo (4,5 x 6,3 m) e a privacidade praticamente inexistente, uma “cristaleira” antiga (medindo 2,2 x 0,6 m), com características românticas, ocupa grande espaço do apartamento, sendo utilizado com “função” diversa daquela para a qual fora pensada (guardar louças). A filha do casal divide a cama com eles, e os dois filhos dormem em colchonetes no chão, espremidos entre a cama de casal e a “cristaleira”. Perguntado qual o motivo deste grande móvel ser conservado no apartamento, a dona nos explicou que o móvel pertencera à sua avó, sendo o único bem de valor que ela possuía. Se desfazer do móvel poderia render algum dinheiro e muito espaço, porém seria também se desfazer das lembranças que ele comporta (claro exemplo onde os valores subjetivos precedem qualquer racionalidade).

^{xii} [De morf(o)- + -logia.] S. f.: 1. Tratado das formas que a matéria pode tomar. (Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI. Versão 3.0, Editora Nova Fronteira, 1999.

^{xiii} ainda que alguns elementos físicos (como posição das janelas, tomadas e portas) tenham se mostrado preponderantes nas configurações encontradas no campo pesquisado.

^{xiv} Segundo Gilberto Freyre, no livro *Sobrados e Mocambos*, na segunda metade do século XIX se iniciou uma tendência, ficando cada vez mais forte, de parecer o mais possível com os europeus, principalmente nas cidades. E isso fica claro no desprezo das pessoas por árvores, plantas e frutas asiáticas e africanas aqui já aclimatadas, que despertam a “vergonha” de muitos brasileiros. “Envergonhando-se da jaca, da manga, da fruta-pão, do dendê, do próprio coco-da-índia, saboreando às escondidas”. Em conseqüência, o uso de pinturas em paredes que provocam certa ilusão de ótica (chamadas de *trompe l’oeil*) são amplamente empregadas nas residências, imitando ambientes europeus. (Vol II, p. 783)

^{xv} Outro fator aparece com extrema importância nos ambientes por nós visitados. Apesar do pouco espaço, a maioria das unidades mostrava-se abarrotada de objetos – muitos aparentemente sem utilidade claramente definida -, além de móveis aparentemente “fora de contexto” (muito grandes para o espaço, desnecessários para comporem minimamente um ambiente, etc.). A importância dada ao poder/capacidade de consumo hoje explica, em parte, o porquê desses ambientes abarrotados de objetos, que aparentemente não possuem funções específicas. A produção desses objetos não atende a uma demanda de símbolos previamente existentes: nós não temos mais chances de escolha, o consumo é “empurrado”.

^{xvi} RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

^{xvii} Idem, p.187.

^{xviii} Ibidem, p. 211.